

HABEAS CORPUS Nº 538.055 - PA (2019/0301039-0)

RELATOR : MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)
IMPETRANTE : GISELIA DOMINGAS RAMALHO GOMES DOS REIS E
OUTRO
ADVOGADOS : GISELIA D. R. G. DE SOUZA - RJ117988
LOYS DENIZE MARIA ARAGAO - PA007847
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
PACIENTE : MAGDA SAMARA SOARES DE LIMA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

EMENTA

PENAL. **HABEAS CORPUS** SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. NÃO CABIMENTO. HOMICÍDIO TRIPLAMENTE QUALIFICADO. DOSIMETRIA DA PENA. CIRCUNSTÂNCIAS DO CRIME. RECURSO QUE DIFICULTOU A DEFESA DA VÍTIMA. IDONEIDADE. AUSÊNCIA DE **BIS IN IDEM**. ELEMENTOS NEGATIVADORES DA CULPABILIDADE E DOS MOTIVOS DO CRIME. MATÉRIA NÃO ENFRENTADA PELA CORTE DE ORIGEM. IMPOSSIBILIDADE DE CONHECIMENTO. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. **WRIT** NÃO CONHECIDO.

I - A Terceira Seção desta Corte, seguindo entendimento firmado pela Primeira Turma do col. Pretório Excelso, firmou orientação no sentido de não admitir a impetração de **habeas corpus** em substituição ao recurso adequado, situação que implica o não conhecimento da impetração, ressalvados casos excepcionais em que, configurada flagrante ilegalidade apta a gerar constrangimento ilegal, seja possível a concessão da ordem de ofício.

II - Esclareça-se que, *“reconhecida a incidência de duas ou mais qualificadoras, uma delas poderá ser utilizada para tipificar a conduta como delito qualificado, promovendo a alteração do quantum de pena abstratamente previsto, sendo que as demais poderão ser valoradas na segunda fase da dosimetria, caso correspondam a uma das agravantes, ou como circunstância judicial, na primeira fase da etapa do critério trifásico, se não for prevista como agravante”* (HC n. 308.331/RS, **Quinta Turma**, Rel. Min. **Reynaldo Soares da Fonseca**, DJe 27/03/2017, grifei).

III - Na hipótese em foco, o homicídio é triplamente qualificado: I (motivo torpe), III (meio cruel) e IV (mediante recurso que dificultou a defesa da vítima). Assim, não há ilegalidade, na primeira fase da dosimetria, a valoração negativa da circunstância do crime, em razão de a ação delitiva ter se valido de recurso que dificultou a defesa da vítima.

IV - No mais, no que se refere à alegação de inidoneidade dos fundamentos utilizados para negar a culpabilidade e os motivos do crime, observa-se que a referida tese não foi enfrentada pela eg. Corte de origem.

Superior Tribunal de Justiça

Nesse compasso, considerando que a Corte de origem não se pronunciou sobre **o referido tema** exposto na presente impetração, este Tribunal Superior fica impedido de se debruçar sobre a matéria, sob pena de incorrer em **indevida supressão de instância**.

Habeas corpus não conhecido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, não conhecer do pedido.

Os Srs. Ministros Jorge Mussi, Reynaldo Soares da Fonseca, Ribeiro Dantas e Joel Ilan Paciornik votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019(Data do Julgamento)

MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)

Relator